



Rede São Paulo de

Formação Docente

Cursos de Especialização para o quadro do Magistério da SEESP
Ensino Fundamental II e Ensino Médio

São Paulo
2011



UNESP – Universidade Estadual Paulista
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Rua Quirino de Andrade, 215
CEP 01049-010 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 5627-0561
www.unesp.br



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
Gabinete da Coordenadora
Praça da República, 53
CEP 01045-903 – Centro – São Paulo – SP



**SECRETARIA
DA EDUCAÇÃO**



Ficha da Disciplina:

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais



Autora: Regina Celia Correa de Araujo



Ementa:

.....

A função da Geografia enquanto ciência é a de contribuir na compreensão do mundo contemporâneo, por meio de uma visão que parte do espaço geográfico. Nessa disciplina, o cursista será desafiado a aplicar o corpo de conceitos da geografia na análise do processo de formação territorial do Brasil, bem como a identificar as repercussões desse processo nas dinâmicas sociais e nos padrões espaciais do Brasil contemporâneo.



Palavras chaves:

América Portuguesa, fundos territoriais, identidade nacional, região, regionalização, domínios morfoclimáticos.

Estrutura da Disciplina

Geografia do Brasil: formação territorial e padrões espaciais	Tema 1 – A América Portuguesa e o Brasil	1.1. Portugal e os “fundos territoriais”
		1.2. A expansão marítima
		1.3. Organização política e administrativa das terras “do outro lado”
	Tema 2 – O Império e a Construção da Unidade	2.1. A Ideologia do Brasil-Colônia
		2.2. O território no Império Luso-Americano
		2.3. O Império Brasileiro: escravismo e fundos territoriais
	Tema 3 – A República Federativa do Brasil: fronteiras e limites	3.1. A gênese das fronteiras brasileiras
		3.2. A faixa de fronteira: isolamento ou integração?
		3.3. Poder central e autonomia estadual
	Tema 4 – Região e Regionalização	4.1. As regiões do IBGE
		4.2. Os Complexos Regionais
		4.3. A difusão do meio técnico científico e regionalização
	Tema 5 – A Natureza na formação territorial do Brasil	5.1. Os Domínios Morfoclimáticos
		5.2. Os domínios florestados
		5.3. Os domínios das formações herbáceas e arbustivas

Sumário

1. A América Portuguesa e o Brasil	4
1. Um início de conversa.....	4
1.1 Portugal e os “fundos territoriais”	4
1.2. A expansão marítima	5
1.3 Organização política e administrativa das terras “do outro lado”.....	8
Bibliografia	11



1. A América Portuguesa e o Brasil

1. Um início de conversa

De acordo com o geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, a formação territorial da América Portuguesa é marcada pela ideia de conquista e apropriação de imensos “fundos territoriais”, tal como já havia ocorrido na história de Portugal (MORAES, 2000). A unificação precoce do Estado português, assim como, mais tarde, a unidade política dos territórios coloniais portugueses, foi consolidada no processo de apropriação e valorização desses fundos. A análise dessas raízes da formação territorial da América Portuguesa permitirá o aprofundamento dos estudos do território nacional.

1.1 Portugal e os “fundos territoriais”

No século VIII, o conjunto da península Ibérica foi dominado pelos muçulmanos. A Guerra da Reconquista, termo que recobre cinco séculos de combates até a retomada de toda a península e a definitiva expulsão dos árabes, teve início com o reino cristão das Astúrias, no século XI. Ao longo dos séculos XI e XII, as vitórias cristãs originaram os reinos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. Portugal, originalmente um condado de Leão, proclamou a sua independência em 1128. Em 1147 as forças portuguesas reconquistavam Lisboa, transformando a cidade em capital do reino.

No século seguinte à retomada de Lisboa, os portugueses continuaram avançando para o sul do Rio Tejo, até a extremidade meridional da península. Em 1249 caía o último bastião dos mouros no Algarve. Portugal se tornou o primeiro Estado europeu a delimitar suas fronteiras atuais.

A guerra foi um elemento permanente da constituição de Portugal. As lutas contra Leão e Castela, no início, e as lutas da Reconquista em seguida conferiram à monarquia portuguesa uma centralização de poder desconhecida na Europa Medieval, em grande parte fundada na expansão dos fundos territoriais. A projeção para o sul, em terras retomadas dos mouros, propiciava uma ampliação constante dos domínios reais; os novos domínios incorporados eram colonizados através de um vasto esquema de doações de terras da Coroa para a nobreza, que se



tornava cada vez mais dependente do poder central. Os camponeses pagavam os tributos aos proprietários em dinheiro, constituindo uma economia monetária pioneira.

A partir do século XIV as cidades costeiras, principalmente Lisboa e Porto, passaram a funcionar como pontos de ligação das rotas comerciais italianas do Mediterrâneo com as rotas holandesas do Mar do Norte. A posição geográfica de Portugal o transformava na ponte entre a Europa do sul e a Europa do norte. No século XV Lisboa atingia os 40.000 habitantes e se firmava como um centro destacado do comércio internacional.

O desenvolvimento comercial, a vida urbana e a economia monetária estão na origem de uma burguesia marítima e mercantil, que seria capaz de chegar ao poder ainda no século XIV, com a Revolução de Avis (1383). A Revolução, que levou ao trono D. João I, o Mestre de Avis, representou uma vitória da burguesia lisboeta, dos negócios comerciais e da navegação oceânica.

1.2. A expansão marítima

A primeira fase da expansão marítima portuguesa, na metade inicial do século XV, se estende da tomada de Ceuta até o início da colonização das ilhas atlânticas, em 1460. Essa fase da expansão combina os interesses cruzadistas da nobreza, voltada para a guerra contra os infiéis e saudosa da Reconquista, com os interesses comerciais da burguesia, ávida pelo ouro e pelas riquezas da África.

A tomada de Ceuta é o marco oficial do início da aventura marítima. Depois de Ceuta vieram as ilhas da Madeira e os Açores: arquipélagos descobertos (ou, mais precisamente, re-descobertos) por embarcações portuguesas a serviço de D. Henrique, o Navegador. Em 1434, Gil Eanes ultrapassava o Bojador e abria o caminho do Senegal e da Gâmbia, fontes de ouro e escravos. Cabo Verde, arquipélago que viria a ter uma função estratégica no caminho do Atlântico Sul, seria ocupado pouco depois da metade do século XV.

Instalado no Algarve, o Infante D. Henrique, filho do rei D. João, estimulou o desenvolvimento náutico e funcionou como embaixador da burguesia marítima junto à Coroa. Na ponta de Sagres, reuniu navegadores, astrônomos, geógrafos, matemáticos e cartógrafos de vários pontos da Europa, ajudando a criar as condições para as fases seguintes da expansão marítima



lusitana. O pórtico da Escola de Sagres, fundada em 1417, trazia como inscrição o verso de Virgílio: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Desde o Infante, a navegação portuguesa incorporava novos conhecimentos científicos, que a colocavam num patamar muito superior aos concorrentes europeus.

O início do reinado de D. João II, em 1481, assinala um novo impulso para as navegações portuguesas. As duas décadas anteriores tinham sido consumidas na exploração do ouro do litoral da Guiné (a famosa “Costa da Mina”) e em dispersivos e dispendiosos ataques contra redutos muçulmanos na África do Norte.

D. João II refreou o espírito cruzadista da nobreza e colocou as novas riquezas africanas a serviço do grande objetivo representado pela descoberta do caminho oceânico para as Índias. O projeto do “périplo africano” tinha como objetivo deslocar o comércio das especiarias do Mediterrâneo (rota dominada pelas caravanas árabes e pelos mercadores italianos) para o Atlântico, onde deveria se estabelecer o monopólio lusitano.

Diogo Cão e Bartolomeu Dias foram os grandes navegadores dessa fase. O primeiro atingiu a foz do Rio Congo e, pouco depois, explorou o litoral do que hoje é Angola. O segundo, numa viagem memorável, refez o percurso de Diogo Cão e seguiu em frente. Possivelmente enfrentou tempestades e perdeu de vista a costa africana. Então, influiu para oriente e tomou rumo norte. Quando avistou novamente a costa, tinha cruzado o Cabo das Tormentas (que ganharia o nome de Cabo da Boa Esperança). Nesse ponto, sua tripulação o fez voltar. Estava aberta a porta das Índias e das especiarias. Veja o mapa do périplo africano.



Imagem: Mapa do périplo africano
<http://www4.fct.unesp.br/raul/nead/>

Como sabemos, foi Cristovão Colombo, um genovês a serviço dos reis católicos, que primeiro aportou na América, no mesmo ano em que finalmente os mouros foram derrotados em Granada e expulsos totalmente da península. Colombo, porém, não sabia o que tinha descoberto ao aportar nas Bahamas. Ele pensava que as ilhas onde estivera fossem parte das Índias.

Portugal, ao contrário, separava nitidamente a exploração do ocidente da descoberta do Caminho das Índias, sua meta principal. Entre os navegadores lusos, estava claro que o caminho mais curto para as Índias ambicionadas passava pelo Cabo das Tormentas. Foram os portugueses que concluíram que existiam terras a ocidente e que essas terras nada tinham a ver com as Índias. Desde então, a Coroa portuguesa usaria de toda a sua sagacidade para controlar a rota para as Índias e as terras a serem descobertas no lado ocidental do Atlântico.

O Tratado de Tordesilhas — precedido pelo Tratado de Toledo e pela Bula Inter Coetera — prova que Portugal sabia perfeitamente o que queria.

O Tratado de Toledo, firmado muito antes da expedição de Colombo, dava a Portugal todas as terras a serem descobertas ao sul das Canárias, garantindo o controle luso sobre a costa africana e sobre o Caminho das Índias.

As ilhas descobertas por Colombo em 1492 no Mar do Caribe estavam situadas ao sul das Canárias, para desespero da Espanha. Os reis católicos solicitaram então ao papa que procedesse a uma divisão do mundo entre os dois reinos de forma tal a assegurar à Espanha o controle sobre as novas terras do ocidente. Dessa solicitação surgiu a Bula Inter Coetera, que dava à Espanha as terras a descobrir a ocidente de um meridiano distante 100 léguas para oeste do Arquipélago de Cabo Verde.

Portugal recusou a mediação papal e entabulou tensas negociações com a Espanha, que redundaram na assinatura do Tratado de Tordesilhas. Assim, Lisboa assegurava-se do controle de todas as terras a descobrir a oriente de um meridiano mais afastado, 370 léguas para oeste de Cabo Verde (fig.1).





Figura 1 - Tratado de Tordesilhas: linha de demarcação
<http://acd.ufrj.br/fronteiras/mapas/tordesilhas.gif>

Depois de Tordesilhas, a “descoberta” era inevitável. Vasco da Gama não refez o itinerário litorâneo de Bartolomeu Dias para as Índias. Conhecida a disposição da costa africana, preferiu uma trajetória em arco cortando o Atlântico Sul. Para aproveitar os ventos alísios do Atlântico, velhos conhecidos dos portugueses, passou três meses sem avistar terra. Essa rota, chamada “grande salto”, cumpria uma função adicional: além de evitar as tempestades e calmarias costeiras, representava uma exploração do “outro lado” do Atlântico, onde presumivelmente estavam terras atribuídas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.

Três anos após a partida de Vasco da Gama, zarpou a armada de Cabral. Sua frota de treze embarcações — a maior jamais organizada — tinha como meta consolidar o monopólio português da rota oceânica para as Índias. Mas, como Vasco da Gama, Cabral “barlaventeou”, traçando um arco ainda mais rombudo que o de seu predecessor. O “grande salto” trouxe Cabral às costas do território que hoje pertence ao Brasil.

1.3 Organização política e administrativa das terras “do outro lado”

A vigência da soberania política e jurídica da Coroa lusitana sobre as terras a leste do Meridiano de Tordesilhas fazia delas uma seção descontínua do território português. Essa condição de dependência direta durou até a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, embora já tivesse começado a ser alterada em 1721, quando foi oficializado o Vice-Reino do Brasil.

A colonização dessas terras não foi, na sua origem, um empreendimento de base econômica, mas uma imposição geopolítica. As primeiras décadas após a chegada de Cabral caracterizaram-se por uma atividade muito intensa dos comerciantes e corsários franceses, que estabeleceram relações com grupos indígenas da costa, iniciando um lucrativo escambo de pau-brasil. Em contraste, as expedições exploratórias a serviço da Coroa lusa limitaram-se a percorrer trechos do litoral estabelecendo feitorias isoladas que organizavam a coleta dos toros de pau-brasil.

A expedição de Martim Afonso de Sousa, que deixou Lisboa em 1531, inaugurou uma nova política da Coroa: a colonização das novas terras, por meio da ocupação e da organização política. Martim Afonso distribuiu as primeiras **sesmarias** a colonos portugueses e o seu relatório a D. João III parece ter sido decisivo para a implantação das **capitanias hereditárias**.

Capitanias Hereditárias - grandes faixas de terra, que iam da costa até a linha do Tratado de Tordesilhas, doadas aos capitães-mores mediante um documento chamado "carta de doação". Os capitães também eram chamados de donatários, uma vez que recebiam títulos de governadores de suas posses. As capitanias eram hereditárias porque podiam ser transferidas aos herdeiros dos donatários.

Recebiam as suas glebas como recompensa por serviços prestados à Coroa. Ao tomarem posse das terras, ficavam obrigados apenas a fazê-las produzir em alguns anos (em geral cinco) e pagar o dízimo à Ordem de Cristo.

Na América Portuguesa, as sesmarias eram imensas, e seu cultivo demandava o controle sobre um número significativo de escravos. Assim, as sesmarias foram o embrião do latifúndio canavieiro, algodoeiro e pecuarista e, mais tarde, das fazendas de café e cacau. O modelo monocultor, escravista e exportador da agricultura colonial da América Portuguesa começava a tomar forma.

Sesmaria - gleba de terra concedida para uso de colonos, que consistiria numa subdivisão da capitania, com o objetivo de que fosse aproveitada. Os capitães-donatários eram obrigados a distribuir 80% das terras como sesmarias.

As sesmarias, unidades elementares de apropriação do América Portuguesa, inspiraram-se na antiga legislação fundiária portuguesa do século XIV, destinada a promover o uso produtivo das terras agrícolas. A Lei das Sesmarias (1375) obrigava os proprietários a cultivarem as terras ou a cederem parte delas para usufruto dos camponeses.

Em Portugal, os sesmeiros eram homens da pequena nobreza, militares ou navegantes, que rece-



As capitanias hereditárias foram criadas em 1534-36. Elas representaram a primeira divisão político-administrativa do território colonial. Todo o Brasil português foi dividido em quinze capitanias (ou donatarias) com fachada litorânea desigual, medindo entre 10 e 100 léguas. A partir do litoral, linhas paralelas delimitavam a área das capitanias. (fig.2).

Figura 2 - Capitanias hereditárias

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/8/81/Capitanias.jpg>



O sistema de capitanias organizou o território colonial em unidades autônomas e desarticuladas entre si. Configurou uma opção pela descentralização político-administrativa. Entretanto, os donatários se revelaram incapazes de arcarem com os níveis de investimentos necessários e com as exigências postas pela defesa contra as incursões francesas. Ao mesmo tempo, a retração dos lucros portugueses no comércio de especiarias do Oriente e a descoberta das minas de ouro de

Potosi na América espanhola, em 1545, estimularam a Coroa portuguesa a envolver-se diretamente no empreendimento colonial.

Em 1548, o Regimento de D. João III instituía o Governo-Geral, sistema de administração centralizada do Brasil português. O governador fiscalizava e auxiliava as capitanias, instalava engenhos de açúcar, estimulava a exploração do sertão, o povoamento e a fundação de vilas. Principalmente, garantia a defesa da terra construindo fortes e promovendo alianças com os indígenas.

O governador-geral cercava-se de um aparelho administrativo articulado em torno de três figuras: o ouvidor-mor, encarregado da aplicação da Justiça, o provedor-mor, responsável pela arrecadação dos impostos e o capitão-mor da costa, coordenador da defesa do litoral. Começava a nascer um aparelho de Estado, subordinado à monarquia lusa. Salvador tornou-se a primeira sede do Governo-Geral, condição que perderia para o Rio de Janeiro apenas em 1763.

A legislação que regulava o poder local inspirou-se nas Ordenações Reais para a administração municipal portuguesa. A Alcaidaria era ocupada pelo capitão da vila, nomeado pelo



donatário. A Câmara Municipal era formada por vereadores eleitos pelos “homens bons”, constituindo a base do poder das oligarquias locais.

As câmaras municipais tinham amplas prerrogativas. Definiam os preços dos produtos e o valor das moedas, lançavam impostos, aceitavam ou recusavam funcionários nomeados pela Coroa e legislavam sobre o comércio regional. Algumas chegaram a ter representantes em Lisboa, estabelecendo relações diretas com a Coroa.

Nas câmaras encontra-se a origem dos privilégios e do poder descentralizado dos grandes proprietários de terra. Elas refletiam uma interpenetração do interesse privado e do interesse público ou, o que dá no mesmo, uma subordinação e manipulação da administração pública pela propriedade privada da terra.

Bibliografia

- AB’SABER, AZIZ N. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil. **Revista Orientação**. São Paulo, IG-USP, 1970.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Memórias da balaiada**: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. **Revista Novos Estudos**, n. 23, p. 7-66, São Paulo, Cebrap, mar. 1989. O documento original é de 1848.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O fardo dos bacharéis. **Revista Novos Estudos** n. 19, São Paulo, Cebrap, dez. 1987.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes**: formação do Brasil no Atlântico sul — séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COLI, Jorge. Primeira Missa e invenção da descoberta. In: NOVAES, Adauto. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Minc-Funarte, 1988.
- DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822**: dimensões. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 160-184.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **Construindo o Brasil**: unidade nacional e pacto federativo nos projetos das elites (1820-1842). 2000. Tese (Doutorado) – FFLCH, USP, 2000.

- GIDDENS, Anthony. The nation as Power-Container. In: HUTCHINSON, John; SMITH, Anthony. (orgs.). **Nationalism**. Oxford: OUP, 1994, p. 34-35.
- GOLDESTEIN, Léa; SEABRA, Manuel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 1, São Paulo: FFLCH-USP, 1982.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal Guimarães; Varnhagen, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. In: MOTA, Lourenço Dantas (org). **Um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 2001. (v. 2).
- GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização dos trópicos. **Revista Estudos Históricos**, n. 1, Rio de Janeiro, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: Holanda, Sérgio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira**. 6. ed., São Paulo: Difel, 1985, p. 9-39. (Tomo II, v. 1).
- HROCH, Miroslav. Do movimento nacional à nação plenamente formada: o processo de construção nacional na Europa. In: Balakrishnan, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira**. São Paulo: Senac, 1999.
- LISBOA, Karen Macknow. **A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império – Portugal e Brasil: bastidores da política 1798-1822**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Moderna, 1997.
- MARTINS, André Roberto. Como se constituiu a rede de “fronteiras internas”? *Revista do Departamento de Geografia*, n. 5, São Paulo, FFLCH-USP, 1991, p. 74-75.



- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Bases da formação territorial do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 24.
- PERIDES, Pedro Paulo. A divisão regional do Brasil de 1945 – realidade e método. **Revista Orientação**, n. 9, São Paulo: FFLCH-USP, 1992.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Lembranças e apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2003. 1 CD-ROM. (v. I, documento 21).
- SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



Pró-Reitora de Pós-graduação
Marilza Vieira Cunha Rudge

Equipe Coordenadora
Cláudio José de França e Silva
Rogério Luiz Buccelli
Ana Maria da Costa Santos Menin

Coordenadores dos Cursos
Arte: Rejane Galvão Coutinho (IA/Unesp)
Filosofia: Lúcio Lourenço Prado (FFC/Marília)
Geografia: Raul Borges Guimarães (FCT/Presidente Prudente)
Inglês: Mariangela Braga Norte (FFC/Marília)
Química: Olga Maria Mascarenhas de Faria Oliveira (IQ Araraquara)

Equipe Técnica - Sistema de Controle Acadêmico
Ari Araldo Xavier de Camargo
Valentim Aparecido Paris
Rosemar Rosa de Carvalho Brena

Secretaria
Márcio Antônio Teixeira de Carvalho

NeaD – Núcleo de Educação a Distância (*equipe Redefor*)

Klaus Schlünzen Junior
Coordenador Geral

Tecnologia e Infraestrutura
Pierre Archag Iskenderian
Coordenador de Grupo

André Luís Rodrigues Ferreira
Marcos Roberto Greiner
Pedro Cássio Bissetti
Rodolfo Mac Kay Martinez Parente

Produção, veiculação e Gestão de material

Elisandra André Maranhe
João Castro Barbosa de Souza
Lia Tiemi Hiratomi
Liliam Lungarezi de Oliveira
Marcos Leonel de Souza
Pamela Gouveia
Rafael Canoletti
Valter Rodrigues da Silva